

UNIPED
sel

SÍNTESE DO PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO

Ministério do Planejamento
EPEA - José Nilo Tavares

INTRODUÇÃO

O Plano Decenal de Educação, iniciado em meados de 1965, é fruto de estudos, meditação e trabalhos levados a cabo pelo Setor de Educação do EPEA, com a colaboração de vários órgãos envolvidos no processo educacional brasileiro. A elaboração do Plano propriamente dito iniciou-se após a conclusão do diagnóstico do setor (2 volumes - EPEA) e procurou fixar os grandes objetivos a serem atingidos no setor no decênio 1967 - 1976.

O Plano Decenal de Educação divide-se em duas grandes partes; o plano global e os planos específicos e a ação federal. No plano global incluem-se a apresentação do trabalho, os grandes objetivos filosóficos a serem atingidos, a formulação das metas quantitativas, seguidas por um modelo para estimativa das necessidades educacionais brasileiras e as medidas indicadas para atingimento dos objetivos, seja a reforma administrativa dos órgãos encarregados da educação, seja o elenco de sugestões para o incremento e a melhoria do ensino primário, médio e superior. Nos planos específicos e ação federal incluem-se os planos de formação de mão-de-obra industrial, rural, do magistério primário e de técnicos de nível superior (médicos, farmacêuticos, enfermeiras, engenheiros, químicos e arquitetos), os programas de dispêndios e de investimentos do setor educacional e uma programação da estrutura dos recursos para a educação brasileira.

VISÃO DE CONJUNTO DO PROGRAMA

Os objetivos a serem atingidos por intermédio do Plano Decenal de Educação consistiram na exigência básica para a elaboração do trabalho e ficaram definidas nas seguintes linhas: caberá à educação brasileira, no período 1967-1976, a tarefa de possibilitar a consolidação da estrutura de capital humano do país, de modo a acelerar o processo de desenvolvimento econômico.

Nos grandes objetivos deu-se ênfase especial aos programas de treinamento industrial e agrícola e procurou-se atribuir à educação um papel de redistribuidora da renda. Firmou-se o ponto de vista de que ela deveria transformar-se num agente de mudança social, promovendo condições ao desenvolvimento comunitário e motivando a população a participar decididamente do processo de desenvolvimento, dentro dos princípios da democracia, da liberdade individual e do bem-estar coletivo.

Definidos os objetivos passou-se a trabalhar com dois modelos distintos e complementares para a fixação das metas quantitativas do Plano: um modelo relacionado com as características educacionais da força do trabalho e com o crescimento (produto e produtividade) dos três setores da economia nacional.

Posteriormente, com a colaboração das diretorias do Ministério da Educação, do Conselho Federal de Educação, dos órgãos federais interessados no problema, das organizações privadas e das secretarias de Estado, foram traçados programas específicos e indicadas medidas concretas a serem tomadas para concretização de uma grande reforma educacional em todos os níveis de ensino.

METAS FÍSICAS

As metas físicas a serem atingidas no setor educacional foram expressas, fundamentalmente, em termos de crescimento das matrículas, por ramos ou setores de ensino, na seguinte proporção:

ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO

(1 000 matrículas)

1 971 - 674

1 976 - 1 078

ENSINO PRIMÁRIO

1 971 - 14 490

1 976 - 19 480

ENSINO MÉDIO TOTAL

1 971 - 3 791

1 976 - 6 265

ENSINO SUPERIOR

1 971 - 294

1 976 - 461

TÉCNICOS AGRÍCOLAS

1 871 - 8 508

1 976 - 14 594

TÉCNICOS INDUSTRIAIS

1 971 - 19 607

1 976 - 25 440

AGRÔNOMOS

1 971 - 5 063

1 976 - 7 066

VETERINÁRIOS

1 971 - 2 840

1 976 - 3 017

MÉDICOS

1 970 - 26 320
1 976 - 35 810

DENTISTAS

1 971 - 13 398
1 976 - 22 244

FARMACÊUTICOS

1 971 - 7 257
1 976 - 13 442

ENFERMEIROS

1 971 - 2 373
1 976 - 4 770

ENGENHEIROS

(Tradicionais e de operação)

1 971 - 33 739
1 976 - 44 966

QUÍMICOS

(engenheiros, técnicos, bacharéis)

1 971 - 4 053
1 976 - 6 944

ARQUITETOS

1 971 - 7 333
1 976 - 9 286

MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

1 971 - 306
1 976 - 405

DEFINIÇÕES DE POLÍTICAS

Planejamento e programação, concentração e coordenação de atividades e recursos definem, de maneira geral, a política a ser desenvolvida no setor educacional, em todos os seus níveis e ramos. O pleno aproveitamento da rede escolar e o aumento de sua produtividade parecem constituir, na atual conjuntura, o caminho mais profícuo a ser seguido pelas autoridades educacionais.

Cada nível e ramo de ensino, contudo, apresenta algumas características que devem ser consideradas numa política racional de melhoria e expansão da rede educacional brasileira. Assim, o pleno aproveitamento e a expansão da rede física, a formação e treinamento do pessoal docente, a melhoria de equipamento, instalações e material didático, ao lado da adoção de uma política de valorização, do magistério, embora apareçam como medidas aplicáveis tanto no ensino primário, como no médio e no superior, assumem feições diversas de acordo com o ramo analisado.

Com relação ao ensino primário, destacam-se, dentre outras, as seguintes diretrizes: a) universidade e gratuidade para toda a população superior a 7 anos, b) expansão e melhoria planejadas da rede, c) organização de cursos rápidos de treinamento das leigas que, provisoriamente, continuarão a constituir a parte mais expressiva do magistério das zonas rurais, d) ampliação dos programas de alimentação escolar e de transportes, aos alunos.

Com relação ao ensino médio, torna-se necessária, no primeiro ciclo, a criação de ginásios integrados, voltados para o trabalho, preocupados tanto com a formação humanística como com a técnica. As segurar-se-á, aqui, gratuidade de ensino a quem dela necessite e a expansão dos planos de bolsas de estudos. Recomenda-se a extinção gradativa do ensino do nível do 1º ciclo e o incremento na formação de professores em ciências físico-químicas, matemáticas, biológicas. No ensino médio profissional, a ser extinto no primeiro ciclo e intensificado no segundo, recomenda-se a implantação de novos colégios com o aproveitamento ou adaptação dos ginásios anteriormente existentes. Também os cursos comerciais, que deverão ter a sua expansão limitada, sofrerão uma modificação em sua estrutura, voltada para novos setores terciários (turismo, publicidade, secretariado, línguas etc.), que estão a exigir pessoal qualificado.

No que diz respeito ao ensino superior, torna-se indispensável uma reforma universitária que altere desde o sistema dos exames vestibulares (revisão dos critérios de imposição de vagas, exames vocacionais etc.), até os programas de formação de pessoal em nível de pós-graduação. A utilização de concursos para o preenchimento de cargos técnicos e administrativos, a introdução de dispositivos que levem os professores a renovar seus conhecimentos periodicamente e a regulamentação do horário de tempo integral constituem medidas eficazes. Torna-se também indispensável o exercício de controle rigoroso na expansão da rede do ensino superior, atentando-se para o mercado de trabalho e a situação regional. O aprofundamento das relações da universidade com o meio e o estímulo à investigação científica aparecem como diretrizes a serem seguidas.

RESULTADOS A ALCANÇAR

O Plano Decenal de Educação visa a transformar a educação em instrumento eficaz na batalha pelo desenvolvimento econômico e social do país. Pretende ainda que as agências educacionais se transformem em elementos aceleradores do processo de mudança social.

Finalmente, pretende-se obter um rendimento máximo da rede educacional, e de todos os seus integrantes materiais e humanos, de maneira a conter-se os gastos com o ensino dentro dos limitados re

- V -

... cursos com que conta a Nação, a braços com problemas desafiadores de criação de uma infraestruturã econômica.

E P E A

Ministério do Planejamento

ass) José Nilo Tavares